



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇO PATRIMONIAIS EM

A Administração

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.862	267.569
Impostos e contribuições sociais	5		3.273
Outros créditos	8	504	574
Total do Ativo Circulante		48.366	271.416
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	5	69.382	15.267
Tributos diferidos	6	3.959	1.410
Outros créditos	8	2.757	1.690
		76.098	18.367
Imobilizado	9	1.401.301	359.846
Intangível	10	59.452	53.798
		1.460.753	413.644
Total do Ativo Não circulante		1.536.851	432.011
TOTAL DO ATIVO		1.585.217	703.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2015	2014
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(7.541)	(4.075)
		(7.541)	(4.075)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos			
Resultado financeiro	18	51	78
Receitas financeiras		(7)	(151)
Despesas financeiras		44	(73)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(7.497)	(4.148)
		2.549	1.410
		2.549	1.410
Resultado líquido do exercício			
Resultado por ação atribuível aos acionistas	20	(4.948)	(2.738)
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,06303)	(2,738,00000)

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2015	2014
Geração do valor adicionado		
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.047.109	370.020
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(948.853)	(356.795)
Materiais	(384.103)	(49.307)
Serviços de terceiros	(435.829)	(298.798)
Outros custos operacionais	(128.921)	(8.690)
Valor adicionado bruto	98.256	13.225
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	14.757	19.283
Valor adicionado total a distribuir	113.013	32.508
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.506	2.782
Benefícios	420	150
FGTS	276	112
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(1.270)	(1.372)
Estaduais	34	377
Municipais	18	4
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	111.735	33.102
Aluguéis	242	91
	117.961	35.246
	(4.948)	(2.738)
	113.013	32.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel), foi constituída em 16 de julho de 2013 como uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia está constituída sob forma de Sociedade por ações, com o objeto social de planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

1.1 Concessão
Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do bem público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2014 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MWm)	Energia Assegurada (MWm)	Início	Término
São Manoel	PA	Produtor Independente	Concessão	700,0	421,7	10/04/2014	10/04/2049

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 421,7 MWm, 409,5 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R\$83,49 por MWWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à UHE passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente e realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

1.1.1 Uso do bem público
Como pagamento pelo Uso do bem público, objeto do Contrato de Concessão, a UHE recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da concessão, em parcelas mensais correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$2.789 corrigidos anualmente ou a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$35.172 (Nota 14).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
A Companhia aplicará, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

1.1.3 Cronograma de operação comercial
De acordo com o contrato de concessão, o cronograma para a entrada em operação comercial da UHE São Manoel é o seguinte:

Unidade geradora (UG)	Data
UG 1	01/01/2018
UG 2	01/03/2018
UG 3	01/05/2018
UG 4	01/07/2018
UG 5	01/09/2018

2 Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.

2.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 6.1); Provisões necessárias para custos relacionados às licenças ambientais (Nota 15.1); e Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável
Ativo financeiro
São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro
Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não circulantes, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas
2.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	11	13.234	950
Impostos e contribuições sociais	5	12.383	7.905
Debêntures	12	644.723	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	471.946	
Provisões	15	49.980	38.320
Outras contas a pagar	8	3.846	1.708
Total do Passivo Circulante		1.196.112	48.883
Não circulante			
Debêntures	12		558.711
Uso do bem público	14	35.172	29.754
Provisões	15	44.619	68.783
Outras contas a pagar	8		35
Total do Passivo Não circulante		79.791	657.282
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	317.000	
Prejuízos acumulados		(7.686)	(2.738)
Total do Patrimônio líquido		309.314	(2.738)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.585.217	703.427

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.497)	(4.148)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		29
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	(7.497)	(4.119)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(51.191)	(18.540)
Outros ativos operacionais	(997)	(2.264)
	(52.188)	(20.804)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	12.284	950
Outros tributos e contribuições sociais	4.827	7.905
Provisões	(37.264)	(9.935)
Outros passivos operacionais	2.103	1.714
	(18.050)	634
	(77.735)	(24.289)
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(907.622)	(253.106)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(907.622)	(253.106)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) de capital	317.000	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	448.650	572.484
Amortização de debêntures		(45.000)
Pagamentos de encargos de dívidas líquidos de rendimentos sobre aplicação financeira		17.480
	765.650	544.964
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(219.707)	267.569
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	47.862	267.569
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	267.569	
	(219.707)	267.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013			
	-	-	-
Prejuízo do exercício		(2.738)	(2.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		(2.738)	(2.738)
Capital social			
	-	(2.738)	(2.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2014			
Aumento de capital - RCA 15/04/2015	75.000		75.000
Aumento de capital - AGE 15/09/2015	50.000		50.000
Aumento de capital - AGE 16/11/2015	96.000		96.000
Aumento de capital - AGE 14/12/2015	96.000		96.000
Prejuízo do exercício		(4.948)	(4.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	317.000	(7.686)	309.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Captação de recursos
A Companhia em 15 de maio de 2015 firmou o contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de R\$450.000. Em 15 de junho de 2015 houve o primeiro desembolso no valor de R\$263.650 e em 15 de outubro de 2015 ocorreu o desembolso do saldo remanescente no valor de R\$186.350. A operação possui garantia de fianças bancárias da EDP - Energias do Brasil, da China Three Gorges Brasil e de Furnas, proporcionais à participação de cada sócio no projeto. Os recursos estão sendo utilizados para a construção da UHE São Manoel, e terão incidência de juros que variam entre TJLP + 2,4% a.a. e SELIC + 1,7% a.a., dependendo do subcrédito. O principal e os encargos do financiamento serão exigidos integralmente na data do vencimento, que será em 15 de junho de 2016.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	4.246	28.295
Aplicações financeiras - renda fixa	43.616	239.274
Total	47.862	267.569

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas lastreadas em Debêntures, remuneradas à taxa de 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

5 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2014	Adição	Adiantamentos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Ativos - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social		-	9			17	26
PIS e COFINS	5.1	15.267	46.810			(349)	61.728
IRRF sobre aplicações financeiras		3.240	4.157		(17)		7.380
Outros		33	215				248
Total		18.540	51.191			(349)	69.382
Circulante		3.273					-
Não circulante		15.267					69.382
Total		18.540					69.382
Passivo - a recolher							
ICMS		1	8.607	(7.330)			1.278
PIS e COFINS		-	349			(349)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		68	27.463	(20.437)	1.928		9.022
Encargos com pessoal		5.908	19.818	(23.783)			1.943
Outros		1.928	140		(1.928)		140
Total		7.905	56.377	(51.550)		(349)	12.383
Circulante		7.905					12.383
Total		7.905					12.383

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

5.1 PIS e COFINS

Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado para a construção da UHE São Manoel, a ser compensado quando da entrada em operação, com respectivos débitos desses impostos.

6 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideraram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Diferenças Temporárias				

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

Relacionamento	Duração	Passivo				Despesas		
		Circulante		Não circulante		Operacionais	Financeiras	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014	2014
Outras contas a pagar								
Contrato de prestação de serviços								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2018	1.965	759			(1.206)	(759)
Compartilhamento de gastos com pessoal								
Energest	Controle comum				35		(35)	
Empréstimos								
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	07/07/2014 a 06/07/2015	1.965	759	-	35	(1.206)	(794)
								(29)
								(29)

a) **Contratos de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços corporativos pela *holding* EDP - Energias do Brasil à Companhia. Tratam-se de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, auditoria, regulação, jurídico, financeiro, infraestrutura, suprimentos, recursos humanos, planejamento energético, planejamento e controle, etc. O contrato tem previsão de vigência de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014 e não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

7.1 **Garantias**
As fianças recebidas de acionistas estão descritas nas notas 13.1 e 23.2.

7.2 **Controle conjunto**
A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., a China Three Gorges Brasil Energias Ltda., anteriormente denominada CWEL (Brasil) Participações Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation e Furnas Centrais Elétricas S.A., sendo esta controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Em 27 de julho de 2015, foi protocolada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP a comunicação de alteração da denominação social de CWEL (Brasil) Participações Ltda. para China Three Gorges Brasil Energias Ltda..

7.3 **Compromissos contratuais**
A Companhia possui contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR junto a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - EDP Escelsa (controlada da EDP - Energias do Brasil) no montante de 2,043 MWh com início de suprimento em 1º de maio de 2018 e término em 31 de dezembro de 2047, com preço de venda de R\$ 83,49/MWh.

7.4 **Remuneração dos administradores**
7.4.1 **Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$)**

	2015						2014					
	Conselho de Administração	Proporção (%)	Diretoria Estatutária	Proporção (%)	Conselho Fiscal	Proporção (%)	Total	Proporção (%)	Total	Proporção (%)	Total	
Número de membros (i)	3,00(*)		2,92(**)		2,00(***)		-		-		-	
Remuneração fixa (em R\$)	142.560	100%	1.343.243	82%	88.560	100%	1.574.363	85%	705.015	100%		
Salário ou pró-labore	118.800		1.021.385		73.800		1.213.985		534.887			
Benefícios diretos e indiretos (ii)	n/a		35.870		n/a		35.870		33.856			
Encargos sociais	23.760		285.988		14.760		324.508		136.272			
Remuneração variável (em R\$)	n/a	-	288.036	18%	n/a	-	288.036	15%	n/a	-		
Bônus	n/a		225.028		n/a		225.028		n/a			
Encargos sociais	n/a		63.008		n/a		63.008		n/a			
Valor total da remuneração	142.560	100%	1.631.279	100%	88.560	100%	1.862.399	100%	705.015	100%		

(*) Das 9 posições do Conselho de Administração, apenas 3 membros são remunerados. Das 9 posições, 2 tomaram posse em setembro de 2015 quando o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE formalizou a autorização de trabalho no país. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R\$142.560,00 para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2015.

(**) Até fevereiro de 2015, das 4 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros eram remunerados. A partir de março de 2015, das 4 posições da Diretoria Estatutária, 3 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros da Diretoria Estatutária é de até R\$1.681.880,00 para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2015.

(***) Das 3 posições do Conselho Fiscal, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é de até R\$88.560,00 para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2015.

(i) O número de membros foi calculado em conformidade com o Ofício Circular/CVM/SEP/nº 02/2015, que corresponde a média anual dos membros remunerados. Esta média contempla a substituição de membros.

(ii) Foram considerados os benefícios de: Vale Alimentação, Medicamentos, Seguro Saúde, Assistência Odontológica e Seguro de Vida.

7.4.2 **Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$)**

	2015			2014		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros (*)	3,00	2,92	2,00	3,00	2,00	3,00
Valor da maior remuneração individual	47.520	680.565	44.280	63.380	270.000	33.825
Valor da menor remuneração individual	47.520	680.565	44.280	31.680	46.056	6.150
Valor médio da remuneração individual	47.520	558.657	44.280	39.800	251.288	27.880

(*) Refere-se a quantidade média de membros no exercício.

12 Debêntures

12.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2015		31/12/2014				
										Encargos Circulante	Principal Circulante	Encargos Não Circulante	Principal Não Circulante			
Penitângono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	53.200	10	532.000	em 15/07/2014 a 15/07/2014	15/07/2014 a 15/01/2016	Investimento na UHE São Manoel	111,5% do CDI	Principal e juros em parcela única no final do CDI	(i) Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil, (ii) Fiança Bancária de Furnas e (iii) Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	112.939	532.000	644.939	29.510	532.000	561.510
(-) Custos de emissão										(216)	(216)	(2.800)	(2.800)			
Total										112.939	531.784	644.723	29.510	529.200	558.710	

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

12.2 Mutação das debêntures no exercício

	Valor líquido em 31/12/2014		Juros provisionados		Transferências		Amortização do custo de transação		Valor líquido em 31/12/2015	
	Circulante	Principal	Juros	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2015	Principal	Juros	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2015
Juros	-	-	80.975	532.000	31.964	532.000	-	-	-	532.000
Custo de transação	-	-	-	(2.800)	2.584	112.939	-	-	-	112.939
Total	-	-	80.975	561.164	2.584	644.723	-	-	-	644.723

12.3 Vencimento das parcelas do Circulante

Circulante		Vencimento	
2016	Total	2016	Total
	644.723		644.723

A emissão de Debêntures feita pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2015		
									Encargos Circulante	Principal Circulante	Total
BNDES - Subcrédito A (-) BNDES - Custos de Transação	225.000	15/05/2015	225.000	15/05/2015 a 15/06/2016 (675)	Investimentos para construção da UHE São Manoel	TJLP + 2,4%	Principal e juros no vencimento	(i) Fiança Bancária dos acionistas proporcionais às suas participações	2.341	230.993	233.334
BNDES - Subcrédito B (-) BNDES - Custos de Transação	225.000	15/05/2015	225.000	15/05/2015 a 15/06/2016 (675)	Investimentos para construção da UHE São Manoel	SELIC + 1,7%	Principal e juros no vencimento	(i) Fiança Bancária dos acionistas proporcionais às suas participações	14.288	225.000	239.288
Total									16.629	455.317	471.946

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

13.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2014		Ingressos provisionados		Juros integralizados		Juros transfe- rências		Amortização do custo de transação		Variação monetária e cambial		Valor líquido em 31/12/2015	
	Circulante	Principal	Juros	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2015	Principal	Juros	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2015	Principal	Juros	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2015
Juros	-	-	21.932	5.316	263.650	677	-	-	-	455.993	-	-	-	455.993
Custo de transação	-	-	(1.350)	(2.800)	674	16.629	-	-	-	(676)	-	-	-	16.629
Total	-	-	185.000	21.932	263.650	674	690	674	690	471.946	-	-	-	471.946

13.3 Vencimento das parcelas do Circulante

Circulante		Vencimento	
2016	Total	2016	Total
	471.946		471.946

14 Uso do bem público

O uso do bem público - UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1). O reconhecimento do UBP foi efetuado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, pois a LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio. O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do intangível (Nota 10) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento. Segue abaixo movimentação no período:

	Saldo em 31/12/2014		Ajuste a valor presente		Encargos e atualizações monetárias		Saldo em 31/12/2015	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Não circulante								
Uso do bem público	29.754	29.754	(3.581)	(3.581)	8.999	8.999	35.172	35.172

15 Provisões

	Circulante				Não circulante			
	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Licenças ambientais	15.1	49.980	38.320	44.619	68.783	68.783		
Total		49.980	38.320	44.619	68.783	68.783		

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

15.1 Licenças ambientais

O montante de R\$94.599 (R\$107.103 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévia e de instalação da UHE São Manoel, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Instalação - LI nº 1.017/2014 foi emitida em 14 de agosto de 2014 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que autoriza a Companhia a executar as obras de construção da UHE São Manoel, formando um reservatório com área aproximada de 63,96 km².

Estes custos provisionados estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. Do saldo provisionado, em sua maioria, está representado pelos valores do meio socioeconômico que representam o montante de R\$63.098. Dentre as ações que incluem os valores do meio socioeconômico destacam-se o monitoramento da atividade garimpeira, indenizações e remanejamentos das populações locais e obras de reforço de infraestrutura e saúde. O reconhecimento desses custos ocorreu em contrapartida ao imobilizado, sendo, portanto, tratados como custo da usina e registrados na rubrica Reservatórios, barragens e adutoras, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL.

A LI é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 60 dias antes de sua expiração.

O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando a taxa de 7% a.a., que representava a taxa de captação de recursos para o início da construção do empreendimento na data do reconhecimento, compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

	Saldo em 31/12/2014		Atualização monetária		Transferências		AVP		Saldo em 31/12/2015	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Licenças ambientais	38.320	38.320	6.876	6.876	(37.264)	6.052	35.373	623	49.980	49.980
Circulante	68.783	68.783	-	-	5.573	5.573	(35.373)	5.636	44.619	44.619
Total	107.103	107.103	6.876	6.876	(37.264)	11.625	-	6.259	94.599	94.599

15.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia não possui demandas judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável, não havendo, portanto, valores provisionados.

Quando aplicável, as obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desdobramento que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outros créditos - Ativo					
Despesas pagas antecipadamente	23.2	418	563	791	1.690
Cauções e depósitos vinculados				1.966	
Outros		86	11		
Total		504	574	2.757	1.690
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	7	1.965	759		35
Obrigações sociais e trabalhistas		1.714	844		
Outros		167	105		
Total		3.846	1.708	-	35

9 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento.

De acordo com os artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras quando aplicável, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, a Administração julga que o valor

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2015 (7.497)	2014 (4.148)
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		
Alíquota	34%	34%
Resultado de IRPJ e CSLL	2.549	1.410
Alíquota efetiva	34%	34%

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia por ação dos exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. No exercício de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2015 (4.948)	2014 (2.738)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas		
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	78.501	1
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,06303)	(2,738,00000)

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Com base nas análises periódicas consultadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.
- Empréstimos e recebíveis**
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- Outros ao custo amortizado**
São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

	Nota	Níveis	31/12/2015 Valor justo	31/12/2014 Valor justo	31/12/2015 Valor contábil	31/12/2014 Valor contábil
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	43.616	239.274	43.616	239.274
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento			4.246	28.295	4.246	28.295
			47.862	267.569	47.862	267.569
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	11		13.234	950	13.234	950
Debêntures	12		645.333	558.710	644.723	558.710
Empréstimos e financiamentos	13					
Moeda nacional			471.946		471.946	
Uso do bem público	14		28.259	29.754	35.172	29.754
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8		1.965	794	1.965	794
			1.160.737	590.208	1.167.040	590.208

21.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente a contratos com o BNDES decorrente destes contratos possuírem características próprias. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- (i) Debêntures: são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto; e
- (ii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 9,0% a.a. que representa a taxa anual de captação de recursos para a construção do empreendimento.

21.1.3 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

21.2 Gestão de riscos

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no período.

21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados nas notas 12 e 13 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao CDI, TJLP e SELIC. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade de capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outros alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do Uso do bem público e Debêntures diferem do seu valor contábil.

21.2.1.1 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Aginc cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
	Risco	Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Operação							
Aplicação financeira - CDB	CDI	11.490	11.490	2.873	5.745	(2.873)	(5.745)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	11.490	11.490	2.873	5.745	(2.873)	(5.745)
Debêntures	CDI	(3.903)	(3.903)	(812)	(1.601)	840	1.705
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(3.903)	(3.903)	(812)	(1.601)	840	1.705
		7.587	7.587	2.061	4.144	(2.033)	(4.040)
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(10.342)	(10.342)	(872)	(2.919)	872	2.919
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(10.342)	(10.342)	(872)	(2.919)	872	2.919
Empréstimos e financiamentos - BNDES	SELIC	(16.099)	(16.099)	(3.621)	(7.242)	3.621	7.242
Instrumentos financeiros passivos	SELIC	(16.099)	(16.099)	(3.621)	(7.242)	3.621	7.242

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Danusio de Almeida Semprine Presidente	Claudio Guilherme Branco da Motta Conselheiro
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro
	João Antonio Pinheiro Sampaio Meirelles Conselheiro

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e SELIC estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: TJLP entre 6,00% e 7,50% a.a.; e CDI e SELIC entre 10,75% e 15,75% a.a.

21.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 13. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é demonstrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata no qual são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e Debêntures referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 23.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2015						31/12/2014
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	11.295	1.380	559			13.234	950
Debêntures		644.723				644.723	558.710
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			471.946			471.946	
Uso do bem público				7.251	27.921	35.172	29.754
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	1.965					1.965	794
	13.260	646.103	472.505	7.251	27.921	1.167.040	590.208

21.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da condição financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de debêntures pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 12. Até 31 de dezembro de 2015 todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 23.2) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

21.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

Em 31 de dezembro de 2015, o capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$1.147.746 (R\$222.533 positivo em 31 de dezembro de 2014). O capital circulante negativo deve-se, principalmente, aos Empréstimos-ponte (Empréstimos junto ao BNDES e Debêntures) contratados para atender às necessidades dos investimentos durante a fase de construção da UHE São Manoel enquanto a Companhia estrutura o financiamento de longo prazo com o BNDES.

O financiamento de longo prazo encontra-se enquadrado no BNDES e as condições do financiamento de longo prazo estão em análise pelo órgão. Parte dos recursos contratados serão destinados à quitação dos empréstimos-pontes vigentes, revertendo assim a situação de capital circulante negativo da Companhia.

A Companhia realizou a 2ª emissão de Debêntures no valor total de R\$532.000, cujos recursos foram recebidos durante o mês de janeiro de 2016 (Nota 25.1).

21.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiras da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício, a Companhia realizou as seguintes transações: (i) provisão para custos com a licença ambiental no imobilizado no valor de R\$24.760; (ii) constituição do Uso do bem público no intangível no valor de R\$5.418; e (iii) capitalização de juros das debêntures e empréstimos ao imobilizado no valor de R\$109.309. Todas as atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

23 Compromissos contratuais e Garantias

23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados a construção da UHE São Manoel.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2015	31/12/2014
	2016	2017 a 2018
	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	81	80
Materiais e serviços	496.873	958.262
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	31.696	31.696
	528.650	958.342
	1.455.135	1.910.709

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2015	31/12/2014
	2016	2017 a 2018
	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	76	84
Materiais e serviços	418.272	819.679
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	30.278	30.278
	448.626	819.763
	1.268.389	1.953.098

23.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida

	Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Fiança Bancária	Debêntures	429.916	374.340
	Empréstimos e financiamentos	472.622	
Fiança corporativa	Debêntures	215.023	187.170
Seguro garantia	Executante construtor	80.253	114.648
		1.197.814	676.158

O seguro garantia tem por objetivo garantir a execução da obra de construção da UHE São Manoel, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 10/2013 (Leilão A-5). O prêmio pago em março de 2014 pela apólice foi de R\$2.723 e a vigência da mesma é de 26 de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2018 (Nota 8).

24 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2015	31/12/2014
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações		
Usinas	2.147.773	2.147.773
Almoxarifados		
Responsabilidade civil	60.000	60.000
Transportes (veículos)	1.600	1.600
Acidentes pessoais	6.148	(*)